

Desafios contemporâneos da gestão da educação superior na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Antônio de Macêdo Mota Júnior (UEFS)
antoniomacedojr@gmail.com

1 Introdução

A Contemporaneidade tem moldado as estruturas sociais, ajustando-se e se reorganizando para superar os desafios surgidos nessa sociedade do conhecimento, fluida e transmoderna (BAUMAN, 2001; BURCH, 2005; DUSSEL, 2005). Dentre eles, a educação é vista como um dos caminhos para a superação de graves desigualdades sociais, quando direcionada à formação cidadã e à dinâmica dos sujeitos, tornando-os participantes de iniciativas transformadoras (DOWBOR, 2007). Logo, a universidade pública representa uma dessas estruturas sociais capazes de materializar possibilidades de transformação, inclusão e mobilidade.

Nesse contexto, a Bahia mantém quatro universidades: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), criada em 1976; a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de 1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de 1983; e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de 1991. Essas instituições atuaram isoladas no interior baiano de 1946 até o início dos anos 2000, tendo papel estratégico para a interiorização e o desenvolvimento local e regional (BOAVENTURA, 2009; FIALHO, 2012).

Dessa maneira, foca-se na gestão da UEFS, por ter sido a primeira universidade implantada pelo governo baiano – sediada no município de Feira de Santana –, com o intuito de interiorização da educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador, com a atuação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Para tanto, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa exploratório-descritiva (GIL, 2008), utilizando-se da estratégia de estudo de caso e análise documental (MARTINS, 2008) e de entrevistas semiestruturadas com análise temática de conteúdo (BARDIN, 2016), visando investigar o enfrentamento a desafios contemporâneos, no âmbito das dimensões política, organizacional, cultural e econômica.

2 Desenvolvimento

O primeiro desafio numa dimensão política refere-se à necessidade de democratização do acesso e permanência, em função de graves desigualdades sociais, ressaltando-se ações e políticas específicas da UEFS nesse enfrentamento. Inicialmente, destaca-se o sistema de cotas para a Graduação, com reserva de 50% das vagas para candidatos oriundos da rede pública (80% para autodeclarados negros e 20% para candidatos não negros), além de 5 sobrevagas (3 para povos indígenas aldeados, ciganos e quilombolas, 1 para deficiência e 1 para transexuais, travestis ou transgêneros). Já na Pós-Graduação, destaca-se ações afirmativas para esses mesmos grupos historicamente excluídos, também aplicável a refugiados e imigrantes com autorização de residência.

Outro fator de destaque refere-se a implantação, em 2013, da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), responsável pelas ações e políticas de ações afirmativas e de assuntos estudantis da UEFS, que apresenta um Programa de Assistência Estudantil composto por: Residências Universitárias; Restaurante Universitário; Auxílios Residente, Permanência e Emergencial; apoio aos estudantes e entidades estudantis; apoio psicossocial, pedagógico, clínico e ambulatorial e para ações culturais, desportivas e recreativas.

Ao tratar da dimensão organizacional, discute-se o desafio da decisão colegiada, que envolve a estrutura formal dos Conselhos Superiores, Conselhos Departamentais e Colegiados de Cursos, bem como a estrutura implantada para o orçamento participativo nessa Universidade, visando à gestão democrática e participativa no processo decisório. Nesse cenário, destaca-se a participação da comunidade interna nesses espaços democráticos, para além da estrutura formal de decisão, bem como a participação da comunidade externa com a representação de membros da sociedade no Conselho Universitário (CONSU), na Comissão de Ações Afirmativas, no Conselho de Orçamento Participativo (COP) e na Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Ao se discutir a dimensão cultural referente ao desafio da relevância social, diante de um processo de desvalorização da educação pública e de interesses mercantilistas, destaca-se a atuação da UEFS por sua contribuição como formadora de profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento, produtora e difusora do conhecimento

crítico e científico-tecnológico, e por sua inserção no interior da Bahia com impacto nas realidades local e regional.

No âmbito do ensino de graduação, destaca-se pela oferta pública das licenciaturas, voltadas à formação de profissionais da educação essenciais à demanda das redes básicas de ensino. No âmbito da pesquisa e pós-graduação, pela formação continuada e capacitação de profissionais na região metropolitana de Feira de Santana, com diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados. Na extensão e cultura, pela realização de eventos extensionistas importantes, bem como pela atuação do Centro Universitário de Cultura e Arte, da Rede de Museus da UEFS, do Sistema Integrado de Bibliotecas e do Observatório Astronômico Antares.

No que se refere ao desafio da sustentabilidade financeira, numa dimensão econômica, a UEFS vivencia o mesmo processo de desinvestimento, precarização da infraestrutura e de sucateamento das universidades públicas. Nesse sentido, essa dimensão discute a captação de recursos externos ao orçamento estadual, por meio da celebração de convênios/termos com órgãos e entidades públicas, além de fundos internacionais e entidades privadas, bem como pela arrecadação direta da própria Universidade, mediante prestação de serviços e taxas. De fato, essa captação auxilia e apoia a Instituição, no entanto, ainda é insuficiente do ponto de vista de garantir a manutenção necessária e adequada à sustentabilidade financeira.

3 Considerações Finais

Esta pesquisa trata da gestão da educação superior no âmbito de atuação das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), tendo, como objeto de estudo e recorte a gestão da UEFS em seu enfrentamento a desafios da Contemporaneidade.

De certo modo, alguns desses desafios puderam ser identificados nesta pesquisa e dizem respeito à: numa dimensão política, necessidade de democratização do acesso ao ensino superior e disponibilização de políticas de inclusão e de assistência e permanência estudantil, em função das imensas desigualdades sociais; numa dimensão organizacional, necessidade de ampliar a comunicação, transparência e participação da sociedade no processo decisório colegiado; numa dimensão cultural, pressões sobre a relevância social dessas Instituições, frente ao processo de desvalorização e interesses mercantilistas; e,

numa dimensão econômica, busca pela sobrevivência institucional e garantia da sustentabilidade financeira, mediante a perda de prioridade e desinvestimento.

Os resultados apresentados apontaram a dimensão econômica como transversal, pois afeta direta e indiretamente as outras dimensões. Logo, em função de sua relevância social, sugere-se a necessidade da gestão dessas universidades públicas, com o apoio de suas comunidades universitárias, dialogarem com instâncias parlamentares e governamentais sobre o debate e inclusão de agenda política sobre a regulamentação do sistema nacional de educação, com participação plena das instituições de ensino superior estaduais e municipais, bem como da necessidade de institucionalização do sistema baiano de educação superior, para garantir o seu efetivo financiamento sustentável.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BURCH, S. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. *In*: AMBROSI, A. *et al.* (org.). **Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. Paris: C & F Éditions, 2005. p. 49-72.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Revista de Administração Municipal**, ano 52, n. 261, p. 15-30, jan./fev./mar., 2007.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

FIALHO, N. H. Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.